



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

Política de Privacidade – Cartório Pio Ramos

O 2º Ofício de Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas, Protestos de Títulos, Ofício de Registro de Títulos e Documentos Civis e das Pessoas Jurídicas de Horizonte/CE (Cartório Pio Ramos) tem como prioridade e compromisso manter a **segurança** e a **privacidade** no tratamento de dados pessoais de nossos clientes e usuários, além da **transparência** ao uso de tais dados aos seus titulares, cumprindo os preceitos da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, do Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE e do Provimento nº 134, do CNJ.

No exercício de suas atribuições legais, esta serventia, por meio de empresas de tecnologia e de assessoria especializada compromissadas, realiza o tratamento de dados pessoais para cumprir sua finalidade pública, com o objetivo de executar as suas atribuições e competências legais do serviço público.

A presente Política de Privacidade tem por objetivo informar as hipóteses em que – no exercício da competência legal desta Tabeliã/Oficial de Registros, seus substitutos e escreventes autorizados – são tratados **dados pessoais** e **dados sensíveis**, a sua finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, sendo certo que o nosso site “www.cartoriopioramos.com.br” se presta, apenas para informar nossos serviços, não se utilizando de cookies nem coleta e armazena dados pessoais de quem dele se utiliza.

Esta Política de Privacidade será atualizada sempre que necessário, motivo pelo qual recomenda-se sua constante e periódica consulta.

POR QUE TEMOS ESTE DOCUMENTO?

Esta Política é a base do programa de privacidade de informações e proteção de dados e descreve a abordagem ao processar informações e dados pessoais em qualquer lugar do mundo. Descreve os tipos de dados que recolhemos por meio dos procedimentos prestados por esta serventia e como eles podem ser utilizados e/ou com quem podem ser compartilhados.

A Política também descreve a maneira como você pode entrar em contato conosco para atualizar suas informações de contato, acesso e controlar o uso dos dados pessoais que coletamos em relação às nossas comunicações e atividades de marketing ou obter respostas para perguntas que você

2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

possa ter sobre nossas práticas de privacidade. Foi redigido levando em consideração as seguintes leis e regulamentos:

- 1) Marco Civil da Internet no Brasil (Marco Civil) – Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que descrevem como organizações devem coletar, manusear e armazenar informações pessoais;
- 2) Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil (LGPD) – Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre proteção de dados e faz alterações no Marco Civil da Internet no Brasil;
- 3) PROVIMENTO Nº 12/2022/CGJCE de 19 de julho de 2022, que dispõe sobre o tratamento e proteção de dados pessoais pelos responsáveis das delegações dos serviços extrajudiciais de notas e de registro no Estado do Ceará;
- 4) PROVIMENTO Nº 134/CNJ de 24 de agosto de 2022, que estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

DEFINIÇÕES IMPORTANTES NO CONTEXTO DESSA POLÍTICA

“Data Controller (controlador)”: no âmbito das serventias extrajudiciais é o responsável pelas delegações dos serviços extrajudiciais de notas e de registro, na qualidade de **titular, interventor ou interino**, pessoa natural que detém controle sobre dados pessoais que serão processados pelos serviços dos Sites e responsabilidade pelas decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais (art. 3º, Prov. 12/2022 – CGJ/CE) (art. 5º, VI, LGPD).

“Data Processor (operador)”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, realizando um conjunto de operações, automáticas ou não, como coleta de informações de registros, estruturação, armazenamento, adaptação, alteração, consulta, transmissão, entre outros, pode ser operador integrante e operador não integrante do quadro de prepostos do controlador, são os escreventes e demais prestadores de serviço contratados pela serventia (art. 5º, Prov. 12/2022 – CGJ/CE) (art. 5º, VII, LGPD).

“Data Protection Officer (encarregado)”: pessoa nomeada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) (art. 7º, Prov. 12/2022 – CGJ/CE) (art. 5º, VIII, LGPD).

2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

“Dados Pessoais”: trata-se de qualquer informação relacionada a uma pessoa, que possa identificá-la direta ou indiretamente, como nome, localização, identificador online, dentre outros (art. 5º, I, LGPD).

“Dados Pessoais Sensíveis”: A LGPD indica esta informação como dados “sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural” (art. 5º, II, LGPD).

“Dados Anonimizados”: dados relativos a alguma pessoa que não a identifiquem diretamente e que, portanto, não estão sujeitas à lei (art. 5º, III, LGPD).

TRATAMENTOS REALIZADOS

O Cartório é levado a tratar dados pessoais para cumprir as suas atribuições previstas na Lei 6.015/73, na Lei 9.492/97, na Lei 8.935/95, na legislação tributária e nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, estando submetidos as normas do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público (art. 23, §§ 4º e 5º da Lei 13.709/2018).

Por atuarem em política pública prevista em leis e regulamentos, os serviços prestados **independem de fornecimento de consentimento específico pelo titular**, nos termos do art. 7º, II e III, da Lei 13.709/2018. Ou seja, seus dados serão tratados e utilizados, independentemente de consentimento expresso. Entretanto, informamos que esta regra é aplicada, somente, **dados pessoais destinados à prática dos atos inerentes ao exercício dos ofícios notariais e registrais, no cumprimento de obrigação legal ou normativa desta serventia**, conforme a disciplina do 4º, §2º, do Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE.

O tratamento de dados pessoais consiste em toda operação realizada com dados dos usuários dos serviços prestados por esta serventia, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

As informações pessoais colhidas por esta serventia podem conter seu **nome completo, assinatura, filiação, estado civil, profissão, e-mail, números de seus telefones, cédula de identidade e CPF/MF, além da data de nascimento, residência/domicílio, imagem pessoal (monitoramento de**



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

vídeo) e outros dados relevantes e imprescindíveis para a prática dos atos notariais solicitados. Podem conter ainda dados sensíveis quanto à vida privada do titular dos dados, tais como **opção política, religiosa e sexual, etnia, vida pregressa relações pessoais e familiares, filiação a sindicato ou à organização religiosa, filosófica ou política.**

Os dados pessoais são utilizados na redação dos assentos notariais e registrais passando a integrar os livros oficiais desta serventia, também sendo armazenados em sistema informatizado, cuja providência é necessária para executar as competências e atribuições legais pertinentes.

As informações e dados pessoais podem ser coletadas, armazenadas e tratadas, com as seguintes finalidades:

1. Cadastro para uso na qualificação das partes;
2. Encaminhamento de comunicações obrigatórias aos órgãos públicos e privados, conforme estabelecido pela legislação pátria;
3. Envio de comunicações informativas relativas ao seu pedido, caso solicitado ou caso seja necessário;
4. Envio notificações por e-mail;
5. Envio de esclarecimentos quanto a sugestões, reclamações e/ou orientações sobre o serviço registral ou sobre a política de tratamento de dados pessoais;
6. Manutenção da segurança do site.

Importante informar que **não fornecemos os seus dados pessoais para terceiros,** EXCETO se forem decorrentes de comunicações obrigatórias por lei ou mandado judicial.

Deixamos claro que, em hipótese alguma, os dados coletados por esta serventia serão compartilhados com entidades públicas ou privadas com finalidade comercial ou destoante das atividades legais aqui empregadas.

Importante esclarecer também que os dados pessoais coletados pela serventia passam a constituir o que se denomina arquivo público, passível de conhecimento por meio de certidão e traslados, hipótese na qual o solicitante da certidão se responsabiliza por eventual uso indevido da informação.

PROPÓSITO DO TRATAMENTO



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

O tratamento de dados pessoais realizado pela serventia tem por objetivo atender a sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

Como finalidade específica destaca-se a execução dos serviços concernentes aos Registros Públicos e à Atividade Notarial, estabelecidos pela legislação para publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art.1º da Lei n. 6.015/73 e art. 1º da Lei n. 8.935/94).

A coleta de dados visa, ainda, atuar de forma eficaz e proporcionar melhorias na experiência dos usuários com os serviços oferecidos.

A maior parte desses dados é solicitada de maneira explícita por meio de formulários físicos ou eletrônicos, bem como por comunicação verbal. Esses dados serão usados, exclusivamente, para atender as solicitações enviadas aos serviços prestados por essas ferramentas, de modo a agilizar e cumprir sua finalidade.

Caso ocorram mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais, não compatíveis com o consentimento original, o titular será informado previamente, garantido o direito de revogar o consentimento, se discordar das alterações, desde que haja base legal que permita esta opção e a guarda e utilização do dado pessoal pela serventia não seja dada por imposição legal.

Veja com mais detalhes as finalidades para as quais os dados pessoais serão tratados pelo Cartório:

- Qualificação das partes nos atos relativos ao registro de imóveis, registro de títulos e documentos, ao registro de pessoas jurídicas e a protesto de títulos e documentos;
- Qualificação das partes nos atos relativos à produção de escrituras públicas e atas notariais;
- Constatação de dados da vida privada do solicitante de ata notarial;
- Uso e guarda dos documentos pessoais e da assinatura para cadastro e reconhecimento de firma;
- Qualificação de Procurações Públicas;
- Envio de notificações extrajudiciais;
- Envio de intimações de protestos;
- Recebimento e envio de documentos eletrônicos para fins de registro e protesto;
- Solicitação de atos e envio de certidões relativas a suas atribuições;
- Consulta de protocolo para acompanhamento on-line dos serviços no site do Cartório, CERICE ou ONR;



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

- Consulta de existência ou não de protesto;
- Consulta sobre a situação atual do título;
- Consulta de edital eletrônico;
- Publicização de edital no flanelógrafo desta serventia;
- Consulta de autenticidade de selos eletrônicos;
- Consulta de autenticidade de certidões;
- Agendamento para fins de atendimento presencial;
- Verificação de autenticidade de documentos e assinaturas digitais recebidos, como medida de prevenção a fraudes;
- Registro das transações financeiras e bancárias relativas aos serviços solicitados tais como cartão de crédito, boleto bancário e meios de pagamento em geral;
- Emissão de notas fiscais para Prefeitura de Horizonte/CE;
- Emissão e envio de selo digital no site do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- Emissão de declaração de operações imobiliárias (DOI) à Receita Federal;
- Emissão de declaração de operações suspeitas ao SISCOAF, nos termos do Provimento nº 88/2019 do CNJ;
- Envio de dados ao SINTER e à Receita Federal;
- Envio de informações a órgãos públicos e para centrais de serviços eletrônicos compartilhados que decorrerem de previsão legal ou normativa;
- Gerenciar e responder às solicitações feitas pelos usuários, de acordo com os direitos dos titulares de dados, previstos no art. 15, do Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE e art. 18 e seguintes, da LGPD;
- Cadastro para o banco de dados do sistema operador do selo digital, certificado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

DA FORMA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais no cartório é feito pelos seus funcionários e prestadores de serviços, de forma a cumprir os deveres legais no exercício da atividade registral; em cumprimento de ordem de autoridade pública; nos casos de pedido de certidão ou traslado, conforme a lei; para estabelecer, exercer ou defender nossos direitos legais (incluindo o fornecimento de informações a terceiros para fins de prevenção de fraudes).



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

O tratamento inicia com a solicitação do serviço desejado pelo cliente via e-mail, Whatsapp, Instagram, CERICE, ONR, CENPROT ou presencialmente no balcão de nossa serventia, momento em que os documentos inerentes à solicitação são deixados aos cuidados do Cartório para que se proceda com os devidos atos requeridos.

Após o envio dos dados ao agente de tratamento responsável pelo serviço solicitado (operador), a documentação (dados) serão guardados em ambientes seguros e com acesso restrito até a conclusão do respectivo ato.

O tratamento de dados pessoais é realizado por meio de sistema de informática e por manuseio físico, sendo armazenados em bancos de dados informatizados, além de lançados nos livros oficiais e guardados em arquivo físico com acesso restrito, sistema de segurança especial e monitoramento constante.

O tratamento mantém-se durante o tempo necessário para a execução das atividades notariais, sendo que os assentos nos livros oficiais não são eliminados em cumprimento da sua finalidade pública prevista na legislação notarial, obedecendo o tempo mínimo de possível descarte previsto no **Provimento nº 50, do CNJ** que será promovida de forma a impedir a identificação dos dados pessoais neles contidos. A inutilização e eliminação de documentos não afasta os deveres previstos na Lei Federal nº. 13.709/18 e nos Provimentos da CGJ/CE e do CNJ.

E SE VOCÊ FOR POTENCIAL CLIENTE DO CARTÓRIO? COMO SÃO TRATADOS OS DADOS?

Se você entrou em contato com algum de nossos funcionários ou prestadores de serviço em busca de **orientação, orçamento** ou **análise prévia** de documentação, mas não deu continuidade ao serviço ou interrompeu/desistiu do ato durante o curso do processo, o seu contato fica registrado e podemos entrar em contato para entender melhor como podemos ajudar.

Os documentos específicos tratados neste tópico, caso não iniciado nenhum ato, serão devolvidos ao apresentante e, na hipótese de ninguém os reclamar, após **30 (trinta) dias** serão descartados.



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

No caso de ser iniciado qualquer tipo de ato, mesmo que o serviço não seja concluído por desistência ou interrupção do interessado, a guarda dos documentos obedecerá aos ditames do **Provimento nº 50, do CNJ**.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

A Controladora dos dados é a Sra. **APARECIDA ILKA FREITAS RAMOS**, Tabeliã/Oficial de Registros Titular do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas, Protestos de Títulos, Ofício de Registro de Títulos e Documentos Civis e das Pessoas Jurídicas de Horizonte/CE (Cartório Pio Ramos), que pode ser contatada pelo e-mail administrativo01@cartoriopioramos.com.br, pelo telefone (85) 3336-2728, pelo Instagram @cartorio.pioramos ou pelo Whatsapp (85)9.9146-7939.

COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais colhidos pela Tabeliã/Oficial de Registros, seus substitutos e escreventes autorizados, podem ser compartilhados com vista a atender disposições legais e normativas, por exemplo com a Secretaria da Receita Federal, com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com o Colégio Notarial do Brasil – CNB, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, SISCOAF, Prefeitura Municipal de Horizonte, Superintendência do Patrimônio da União – SPU, Procuradoria Geral do Estado do Ceará e etc.

RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DE TRATAMENTO

Os agentes de tratamento de dados no âmbito desta serventia extrajudicial são responsáveis por observar as disposições pertinentes à proteção de dados pessoais previstas na LGPD, bem como o direito à privacidade dos usuários do serviço.

DIREITOS DOS TITULARES

2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

O titular dos dados pessoais tem direito a obter desta serventia, em relação aos seus dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição (art. 18, da LGPD):

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V – portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;

VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o **controlador** perante a autoridade nacional.

O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

Os titulares terão livre acesso aos dados pessoais, mediante consulta facilitada e **gratuita** que poderá abranger a exatidão, clareza, relevância, atualização, a forma e duração do tratamento e a integralidade dos dados pessoais. O livre acesso é **RESTRITO ao titular dos dados pessoais** e poderá ser promovido mediante informação verbal ou escrita, conforme for solicitado a esta serventia.

Informamos que a gratuidade ao “acesso aos dados pessoais do solicitante”, não deve ser confundida com a emissão de certidões ou traslados, pois estes são atos remunerados, pois as certidões e informações sobre o conteúdo dos atos notariais e de registro, para efeito de publicidade e de vigência, serão fornecidas mediante remuneração por emolumentos, ressalvadas as hipóteses de gratuidade previstas em lei específica, conforme o art. 16, do Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE. Assim, a

2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

gratuidade será restrita aos dados pessoais constantes nos sistemas administrativos da serventia, não abrangendo os dados próprios do acervo registral e não podendo, em qualquer hipótese, alcançar ou implicar a prática de atos inerentes à prestação dos serviços notariais e registrais dotados de fé-pública (art. 20, Prov. 134/CNJ).

Os direitos serão exercidos mediante **requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído** ao **ENCARREGADO**, com identificação do solicitante e da **finalidade da solicitação** (art. 16, §1º, Prov. 12/2022, CGJ/CE) (art. 45 e seguintes, Prov. 134/CNJ). Não sendo possível o atendimento imediato, será enviada resposta ao titular em que se poderá:

1. comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou
2. indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

O acesso aos dados pessoais tratados, permite que você possa requisitar e receber uma cópia dos dados pessoais tratados. O requerimento será atendido sem custos para o titular.

O titular ou representante legalmente constituído ao solicitar correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados, deverá observar o procedimento, extrajudicial ou judicial, previsto no Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE e no Provimento nº 134, do CNJ e em normas específicas.

A **anonimização, bloqueio ou eliminação** dos dados, somente será possível se observado o procedimento, extrajudicial ou judicial, previsto na LGPD, no Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE e no Provimento nº 134, do CNJ e em normas específicas.

Em alguns casos, o encarregado poderá negar, por meio de nota fundamentada, as solicitações de certidões e informações formuladas em bloco, relativas a registros e atos notariais relativos ao mesmo titular de dados pessoais ou a titulares distintos, quando as circunstâncias da solicitação indicarem a finalidade de tratamento de dados pessoais, pelo solicitante ou outrem, de forma contrária aos objetivos, fundamentos e princípios da Lei Federal nº. 13.709/18, conforme art. 16, §3º, do Provimento nº 12/2022, da CGJ/CE e art. 45, §4º, do Provimento nº 134/CNJ.

A emissão e o fornecimento de certidão de ficha de firma e dos documentos depositados por ocasião de sua abertura **somente poderão ser realizados a pedido do titular referido nos**



2º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS, TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS E DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE HORIZONTE/CE

documentos, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais ou mediante decisão judicial (art. 28, Prov. 134/CNJ).

Em caso de incidente de segurança envolvendo dados pessoais, o titular será comunicado por esta serventia, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o Juiz Corregedor Permanente e a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, no prazo máximo de 48 horas úteis, contados a partir do seu conhecimento. No caso de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, serão esclarecidas a natureza do incidente e as medidas adotadas para a apuração das suas causas e a mitigação de novos riscos e dos impactos causados aos titulares dos dados.

ENCARREGADO E CANAL DE ATENDIMENTO

A Titular/Controladora do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas, Protestos de Títulos, Ofício de Registro de Títulos e Documentos Civis e das Pessoas Jurídicas de Horizonte/CE (Cartório Pio Ramos) nomeou **FRANCISCO WILSON PONTES MOURA FILHO** como *ENCARREGADO*. Servindo também como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.

Se você acredita que seus dados pessoais foram usados de maneira incompatível com essa Política ou com as suas escolhas; caso deseje exercer algum dos direitos referidos no tópico anterior, mediante requerimento expresso, ou, ainda, se você tiver outras dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a essa Política de Privacidade, entre em contato, por meio do seguinte canal de contato: protecaodedados@cartoriopioramos.com.br e pelo Whatsapp de nº (85) 9.99146-7939.